

Cultura material e o cotidiano do trabalho no Estado do Grão-Pará e Maranhão no final do século XVIII e início do século XIX

Alice Maria de Jesus Teixeira*

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a cultura material dos espaços de produção rural na Amazônia do final do século XVIII a princípios do século XIX, usando como fonte os inventários e os relatos dos viajantes que percorreram a região nesse período, levando em consideração as relações entre objetos, ambiente e indivíduos, sendo assim, uma pesquisa que pretende ir além da descrição de objetos. A necessidade de se abordar os artefatos direcionados para uso na área de produção agrícola, sob a ótica da História da Cultura Material, é importante para preencher lacunas da historiografia colonial com relação ao mundo do trabalho e da agricultura.

Palavras-chave: Cultura material; Grão-Pará e Maranhão; Séculos XVIII e XIX.

Abstract

The purpose of this article is to analyze the material culture of the rural production spaces in the Amazon from the late eighteenth century to the beginning of the nineteenth century, using as a source the inventories and reports of travelers who traveled the region during this period, taking into account the relations between objects, environment and individuals, thus, a research that intends to go beyond the description of objects. The need to address the artifacts directed to use in the area of agricultural production, from the perspective of the History of Material Culture, is important to fill gaps in colonial historiography with respect to the world of work and agriculture.

Keywords: Material culture, Grão Pará e Maranhão, Century eighteenth-nineteenth.

* Graduada em História pela Universidade Federal do Pará. Atuou como estagiária no Projeto Arqueológico Carajás - Museu Emilio Goeldi, realizando análise tecnológica de artefatos líticos da região de Carajás - PA. Desenvolve pesquisas sobre cultura material e história da amazônia colonial. E-mail: alicessteixeira@gmail.com.

Introdução

O termo cultura material é passível de ambiguidade, isso deve ao fato de se referir tanto ao objeto de estudo como uma forma de conhecimento. Para o historiador Pedro Paulo Funari, a cultura material (objeto) deve ser entendida como “tudo que é feito ou utilizado pelo homem” (2005, p.85). No decorrer da transformação das ciências humanas, o conceito de cultura material vem se estruturando, o historiador Daniel Roche (2000) argumenta que o estudo da cultura material é definido como a relação dos indivíduos com as coisas e os objetos, sendo também as suas relações de uso, troca e consumo. Assim, o estudo da cultura material dentro da perspectiva historiográfica vem crescendo e se consolidando, apesar de que comparado aos outros campos da historiografia, o seu estudo ainda é ínfimo.

Para além disso, é necessário entender o contexto em que o Estado do Grão-Pará e Maranhão estavam inseridos em meados do século XVIII, tendo em vista que se estabeleceram condições sociais, econômicas, culturais e políticas para que os objetos e os trabalhadores dialogassem de tal forma neste momento do período colonial.

A segunda metade do século XVIII tornou-se um período importante para a formação do campesinato no Estado do Grão-Pará e Maranhão (ACEVEDO MARIN, 2000). Os projetos promovidos pela Coroa Portuguesa, implantados durante o ministério do Marquês de Pombal e executados por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão entre 1751 e 1759, tiveram como objetivo substituir o papel das Ordens Religiosas que mantinham o sistema de aldeamentos missionários. Parte das acusações feitas pela Coroa contra os religiosos, principalmente contra os padres da Companhia de Jesus, eram relacionadas ao envolvimento dos clérigos em atividades de produção econômica e de atividades mercantis. A utilização da mão de obra indígena foi o principal meio que os religiosos tiveram para fazer fortuna, já que eles se aproveitaram da administração dos aldeamentos para fazer índios cultivarem e para fazê-los irem ao sertão coletar e comercializar drogas do sertão (LOPES, 2013). As medidas estabelecidas pela Coroa Portuguesa foram amplas, como a transformação do índio em colono, além da introdução de projetos para desenvolver as atividades econômicas, organizando a produção agrícola em larga escala por meio do cultivo do cacau, racionalização da coleta das drogas do sertão, trabalho indígena assalariado e a criação de latifúndios. (SOUZA JUNIOR, 2009)

A diminuição do poder das ordens religiosas fez com que o Estado Português promovesse a consolidação de unidades familiares que possuíam estruturas autônomas de produção e consumo, a introdução de novos métodos de cultivo, a criação de novas terras agrícolas e a incorporação de novos gêneros. Esse quadro compõe o conjunto de planos para a expansão da agricultura comercial a ser promovida pelos colonos (ACEVEDO MARIN, 2000, p.4). Segundo Bezerra Neto (2012), a produção para o mercado interno também se fez presente, atrelada ao trabalho dos mais diversos grupos, como índios, negros, agregados, fugidos, desertores e famílias que estavam em sítios nas margens de rios e igarapés.

A região amazônica se tornou para Portugal um empreendimento importante, haja vista que a Coroa Portuguesa planejou transformar a região em um celeiro agrícola, desenvolvendo o cultivo do arroz e do algodão. A intervenção do Estado no arranjo agrário fez com que houvesse a ampliação do número de trabalhadores colonos, lavradores migrantes, sesmeiros, donos de engenho e, principalmente, o número de escravos, o que propiciou um maior empreendimento para o comércio colonial e para o transporte de alguns gêneros (ACEVEDO MARIN, 2000, p. 4).

Até meados do século XVIII, na região do delta amazônico, a expansão da agricultura se deu por meio da utilização da escravidão africana e principalmente por meio do uso do trabalho compulsório indígena. Já para a segunda metade do século XVIII, segundo Angelo-Menezes (2000), a mão de obra africana, juntamente à indígena, auxiliou na transformação da paisagem amazônica, ensejando a construção de sistemas agrários orientados para a circulação internacional. Esse mercado internacional em expansão propiciou inovações técnicas, novas práticas e métodos agrícolas, o que teve implicações para o ecossistema amazônico, para o caso das madeiras:

Entre os indicadores da desestabilização da dinâmica dos ecossistemas do Vale do Tocantins, observa-se a exploração intensiva de recursos lenhosos, revelada nas Fábricas Reais de Madeiras. Essas estruturas, montadas pela administração colonial para o beneficiamento de madeiras destinadas ao mercado europeu, levaram ao rareamento e a dizimação de espécies como o piquiá (*Caryocar villosum*), e o breu (*Protium sp.*). (ANGELO MENEZES, 2000, p. 96-97)

O modelo preconizado pelo Estado Português foi baseado no modelo agrário implantado nas colônias localizadas no litoral dos continentes americano e africano, tendo em vista que o sucesso do grande latifúndio e a escravidão foi primordial para o sucesso nessa região, porém não obteve o mesmo êxito na região amazônica devido ao solo infértil (MARQUES, 2004, p. 44-45). Os naturalistas bávaros Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philip von Martius (1981, p. 34) descrevem a baixa qualidade do açúcar produzido na região devido ao terreno lodoso e úmido que dificultava a formação da seiva açucareira na cana.

O estabelecimento da agricultura como instrumento civilizatório, segundo Acevedo Marin (2000, p. 4), confrontou os sistemas extrativistas que, para as autoridades, seriam práticas desprovidas de regras e sem ligação com o trabalho. O processo civilizatório promovido pela política pombalina que se deu pelo Diretório dos Índios, conforme Mauro Cezar Coelho (2006), teve como objetivo a transição do índio em colono, inserindo-o na sociedade colonial. Esta política propiciou a intensificação da exploração do trabalho indígena, pois o trabalho era considerado uma forma de alcançar a civilidade, o que intensificou o acesso dos colonos à mão de obra indígena.

A intervenção do Estado na organização agrária fez com que fossem concebidas novas relações sociais e étnicas, já que houve uma ampliação do número de trabalhadores, logo houve uma expansão da agricultura e o aumento de terras cultivadas, assim como novos gêneros e

métodos de cultivo. No entanto, essa expansão foi concebida a partir da exploração indígena e africana, o que em muitos casos resultou na fuga destes indivíduos. A agricultura de exportação e a de subsistência foram essenciais para a configuração do mundo agrícola no século XVIII, sendo importantes para entender este período (SAMPAIO, 2011, p. 54-55).

Esse artigo se propõe a compreender os espaços agrícolas, os trabalhadores que viviam nesses locais e os instrumentos de trabalho presentes nestes ambientes. Essa reflexão provém de dois conjuntos de documentos: 1) nove inventários *post mortem* procedentes do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) que compreendem o período de 1814 até 1818; 2) os diários de viagem do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1888), que percorreu a Amazônia até o Mato Grosso entre 1783 e 1792, descrevendo a agricultura, a fauna e a flora da região e dos bávaros Johann Baptist Von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, que percorreram o Brasil e a Amazônia, entre 1817 e 1820, recolhendo informações sobre botânica, linguística e o cotidiano dos habitantes. Essa documentação permite observar as relações construídas no interior desses espaços e como a vida e o trabalho se entrelaçam, a partir da compreensão de que o material e o imaterial não se separam, como expõe José Newton Coelho Meneses:

Essa última expressão vem nomeando os valores, os símbolos, os modos de fazer e as técnicas decorrentes dessa materialidade da vida. A nosso ver, no entanto, não podem ser dissociados dela. Não há, a rigor, uma cultura que se possa cindir entre o material e o imaterial. O chamado patrimônio imaterial é, sendo mais rigoroso, patrimônio vivencial ou experiencial. (MENESES, 2011, p. 398).

A cultura material está inserida no contexto do estado do Grão-Pará e Maranhão no período colonial, mais precisamente o final do século XVIII e início do século XIX. O artigo é sustentado pelo argumento de que a consolidação do empreendimento agrícola na Amazônia, sustentou-se por meio dos modos indígenas para servir as demandas do mercado externo e interno, utilizando tanto instrumentos europeus como o conhecimento indígena.

A primeira seção do artigo é denominada “História e Cultura Material”, nesta parte é apresentado os principais pesquisadores que consolidaram o campo da cultura material na História e suas contribuições para o estudo da cultura material tanto em um contexto europeu como em um contexto amazônico.

Na segunda seção é apresentado como os artefatos se adequaram ao cotidiano dos trabalhadores que atuaram no Estado do Grão-Pará e do Maranhão durante o final do período colonial. Nessa seção é anunciada as fontes (relatos dos viajantes e inventários *post-mortem*) que demonstram como os objetos se moldaram ao conhecimento indígena para consolidar a agricultura na Amazônia.

História e cultura material

Um dos primeiros historiadores que abordou os artefatos do cotidiano e a riqueza material da sociedade foi Fernand Braudel, já que seus estudos contribuíram para a compreensão da cultura material com relação aos domicílios. Foi com sua obra *Civilização Material, Economia e Capitalismo – séculos XV-XVIII*, publicada em 1979, que o autor propôs diversas concepções para o estudo da vida material.

De acordo com Braudel, existem três estágios na esfera econômica, o primeiro é constituído pela vida material, seguida pela economia de mercado e o último, com grande importância, pois representa a etapa mais evoluída das relações de produção, o capitalismo. São três esferas que se interligam e se comunicam simultaneamente dentro de um mesmo tempo histórico.

Segundo Claudia Martinez, a partir de uma ótica da vida material relacionada à infraestrutura da sociedade, Braudel tece sua visão dentro desse contexto. Elementos como a população, a alimentação, as bebidas alcoólicas e não alcoólicas, os interiores das habitações, os vestuários que representam cada época e sociedade, as diversas formas de transporte, os instrumentos de crédito, como as moedas, as mais diversas técnicas desenvolvidas, as fontes de energia, as dinâmicas das cidades são fatores que definem o que é a vida material com base na perspectiva braudeliana.

No entanto, vários historiadores da cultura material que surgiram logo após a publicação de Braudel fizeram críticas a sua obra. Entre eles, segundo Patrícia Merlo, o historiador francês Daniel Roche, para quem existe a necessidade de uma transformação na história das estruturas e das estratificações para uma história social das práticas, apropriações e percepções (MERLO, 2013, p.89-99). O estudo da cultura material não deve se limitar apenas à descrição de objetos e das técnicas aplicadas, pois é fundamental um viés interpretativo para entender as diversas realidades sociais. A necessidade de se compreender os fatos sociais traduzidos em sua materialidade é um dos focos principais para análise:

Os objetos, as relações físicas ou humanas que eles criam não podem se reduzir a uma simples materialidade, nem a simples instrumentos de comunicação ou de distinção social. Eles não pertencem apenas ao porão ou ao sótão, ou então simultaneamente aos dois, e devemos recolocá-los em redes de abstração e sensibilidade essenciais à compreensão dos fatos sociais. Roche (2000, p. 13 apud Merlo 2013, p. 91).

As pesquisas do historiador e arqueólogo francês Jean-Marie Pesez (2001, p. 210-211) também refletem uma análise da cultura material diferente de Fernand Braudel, já que ele busca ir além da simples materialidade; assim existe uma necessidade de reincorporar os indivíduos na história por meio da vivência material. Logo, a partir do campo de estudos da cultura material se possibilita entender as condições de trabalho e as condições de vida.

Ultrapassar o caráter descritivo dos objetos e introduzir um tipo de abordagem reflexiva, apontando a complexidade dos artefatos em relação à sociedade, inserindo-os em seu tempo histórico, é de grande interesse para esses historiadores, pois além de ser uma abordagem relativamente nova, os estudos direcionados à cultura material dentro da história são comparativamente poucos em relação a outros campos de estudo dentro da historiografia.

Com relação à Amazônia, tendo em vista toda a precariedade de pesquisas, se comparadas a outros domínios dentro da historiografia. Podemos citar o trabalho de Isabel Creão Augusto (2007), que estuda as relações de sociabilidade e os significados da vida material no interior das casas de Belém, no início do século XIX. A dissertação de Luiz Antonio Valente Guimarães, que analisa também a vida material das habitações de Belém na primeira metade do século XIX, estudando as noções de conforto e as relações construídas dentro deste ambiente (GUIMARÃES, 2006). É preciso destacar alguns trabalhos arqueológicos, como a tese de Fernando Luiz Tavares Marques, que faz um estudo dos engenhos dos séculos XVIII e XIX, a partir dos vestígios encontrados nesses locais, mostrando assim como certos engenhos funcionavam em meio ao clima amazônico (MARQUES, 2004). Finalmente, as pesquisas de Diogo Menezes Costa, (2017) que propõem abordagens metodológicas para estudar os sítios históricos na Amazônia, mostrando a riqueza de estudar a cultura material da Amazônia e a necessidade da preservação patrimonial dessas estruturas. Em suas pesquisas, este arqueólogo pretende fazer dialogar as fontes escritas com os vestígios arqueológicos expondo a diversidade de estudos que podem ser feitos na Arqueologia Histórica da Amazônia. Os trabalhos desenvolvidos por Creão e Guimarães, diferentemente das pesquisas dos arqueólogos Marques e Costa, analisam o contexto urbano, onde as relações sociais construídas são diferentes do contexto rural, foco dos arqueólogos Marques e Costa. Apesar das discrepâncias dos espaços, são trabalhos que se complementam e onde se pode entender dois espaços distintos.

A partir dos estudos de Fernand Braudel e de seus sucessores, porém principalmente utilizando a perspectiva braudeliiana para análise da cultura material, foi possível compreender os artefatos para além da sua descrição. Nesse sentido, o objetivo do artigo é explicar o uso dos instrumentos e sua função social nos espaços de produção rural da capitania do Grão-Pará entre finais do século XVIII e início do XIX. O intuito é mostrar as articulações entre a materialidade, vida e trabalho (REDE, 1996).

Trabalho, cultura material e o cotidiano

Partindo do pressuposto de que os sujeitos e os objetos não se separam, antes de estudar os artefatos se faz necessário identificar quem eram esses indivíduos que exerciam a produção agrícola. Segundo as observações do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1888), os trabalhadores se dividiam em três grupos: índios, negros e brancos, que conforme o naturalista, possuíam especificidades na execução de seus trabalhos devido a suas origens. Conforme expõe Ronald Raminelli (1997), Ferreira montou tabelas pormenorizadas que

ofereciam um panorama sobre a composição populacional e a produção agrícola de cada área, em que se mostrava a existência de trabalhadores ativos e inativos, além da quantidade de brancos, índios, negros escravos, crianças, mulheres e velhos. A partir disso, pode-se ter uma compreensão sobre a economia dos lugares que foram relatados. Um exemplo dado por Ferreira é sobre a população de moradores brancos, índios aldeados e pretos escravos da vila de Tomar (Rio Negro), do dia 1º de janeiro de 1786. Esse mapa mostra a quantidade geral dos índios, dos moradores adjuntos e dos escravos que totaliza 591 indivíduos, divididos em 524 índios, 63 moradores (brancos), 7 escravos e 54 fogos. O mapa também mostra a divisão de gêneros de 72 pessoas, como 23 homens índios e 45 mulheres índias e 3 homens pretos e 1 mulher preta. É importante notar que esse mapa contém informações sobre a produção dos gêneros, divididos em gêneros cultivados como 1811 alqueires de farinha, 40 libras de café, 31 ½ de anil; e gêneros do sertão, como 14 arrobas de cacau, 14 arrobas e 2 libras de salsa e 89 arrobas de puxuri. A relação das cabeças de gados se faz presente nesta lista, mostrando que na vila de Tomar em 1º de setembro de 1786 havia 3 garrotes, 4 vitelas, 38 vacas, 1 vitelo e 1 touro totalizando 47 animais (FERREIRA, 1888, p. 36-37).

A expansão agrícola e a miscigenação racial se fazem presentes nos discursos de naturalistas como Ferreira, Spix e Martius, já que para eles a Amazônia seria um local de projeções civilizatórias e que precisaria dessas medidas para progredir. O propósito de integrar as localidades isoladas devido às grandes distâncias e à grandeza dos rios fez com que, na década de 1750, o governador Mendonça Furtado propusesse a criação de uma Companhia de Comércio do Grão-Pará, assim estimulando a agricultura que propiciou a participação de índios como trabalhadores livres. Apesar da integração do índio por meio dos projetos pombalinos, o índio mesmo como um trabalhador agrícola era visto como um indivíduo resistente à civilização (RAMINELLI, 1996, p. 9).

Segundo Ferreira, os modos de produção e as técnicas utilizadas para a subsistência dos grupos indígenas e coloniais deveriam ser feitos a partir de uma exploração e colonização racional, como apontam José Nailton Leite e Cecília Leite (2010, p. 275-276). Ele faz diversas críticas às habitações, objetos materiais e costumes enfatizando a falta de racionalidade nessas ações e projetando um modelo civilizatório. A preguiça vinculada ao indígena se faz presente em seus discursos, como um hábito que acabou sendo disseminado aos outros grupos coloniais. A maniba, e o café, são os dois gêneros, que principalmente constituem o fundo das suas lavouras; o lavrador que mais se distingue nelas, é o que menos preguiça tem, e o que maior número de braços emprega (FERREIRA, 1888, 8-9).

Os brancos que habitavam o Rio Negro, descritos por Ferreira, eram soldados que demarcavam o território amazônico, entre 1753 e 1777. Segundo Lamarca (2015, p. 57), após darem baixa em seus serviços, casavam-se com índias e se tornaram agricultores, comerciantes e prestadores de serviço. Muitos eram filhos de militares e provindos de outras capitâneas, principalmente do Maranhão, como explica Patrícia Sampaio (2011).

O terceiro grupo descrito por Ferreira são os negros que na sua visão serviam para o trabalho na agricultura. Segundo Lamarca (2015, p. 57), a origem desses negros, na explicação de Ferreira, é das Ilhas de Cabo Verde e de Angola na África. Muitos também já eram nascidos no Pará ou vindos de outras capitanias do Brasil. Na sua compreensão, os negros seriam melhores trabalhadores devido a sua suposta aptidão para o serviço, diferentemente dos índios que estavam inertes à preguiça.

Nos relatos dos naturalistas Spix e Martius, (1981) existe uma população branca que está mais próxima das famílias de origem mestiça, pois uma grande parcela dos moradores brancos estava miscigenada com a população indígena. Segundo Karen Lisboa, nas projeções civilizatórias de Spix e Martius, a miscigenação racial – característica importante para entender seus escritos – seria importante para a superioridade, devido à raça caucasiana possuir a perfectibilidade humana. Para os naturalistas bávaros, os índios e os negros não eram civilizados:

Essas duas últimas raças, formando a numerosa classe do povo na província do Pará, vivem semi-civilizados, sem conhecimentos, nem instrução, nem ambição, e apenas dispostas a satisfazerem as suas poucas necessidades, entre as quais figuram, principalmente o “dolce far niente”, a cachaça e mulheres. As águas piscosas, o pedacinho de terreno fértil em volta da palhoça, dão-lhes o necessário, sem que muito se esforcem; passam assim descuidados o tempo e o homem meio civilizado burla-se de uma vida de uma vida cujas altas aspirações nunca conhecera. (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 26).

Os grupos que trabalhavam na produção agrícola tiveram um papel fundamental para o fortalecimento da agricultura; a apropriação dos modos indígenas juntamente com o uso dos instrumentos europeus foi essencial para a consolidação do trabalho rural. A partir da expulsão da Companhia de Jesus, uma pequena parcela de proprietários de terra se fortaleceu em meio às políticas pombalinas que intensificaram o uso da mão de obra indígena e negra, além da consolidação de terras.

O fortalecimento da elite proprietária leiga foi uma das consequências da política pombalina. Com a expulsão dos jesuítas do Estado do Grão-Pará e Maranhão, a coroa portuguesa confiscou os bens dos missionários, sendo estes divididos entre militares portugueses e “brasileiros” (SOUZA JUNIOR, 2009, p. 325). O poder econômico jesuítico era relevante, já que os padres tinham parte da coleta e venda de drogas do sertão e de outros produtos como açúcar, aguardente, algodão, farinha e arroz. As propriedades e residências jesuítas possuíam grandes extensões e, após a expulsão da Companhia de Jesus, muitas se tornaram vilas (LOPES, p. 38-39). Uma das consequências dessa ação foi a laicização da terra, culminando para o fortalecimento de seus proprietários. A fortuna e bens desses proprietários constam nos inventários que começam a ser produzidos no início do século XIX, sendo estes fundamentais para entender a vida material e o cotidiano dos espaços de produção rural.

Segundo Junia Ferreira Furtado (2009, p. 113), os inventários são feitos depois da morte do indivíduo, momento em que os bens são arrolados conforme as disposições legais e a sua última escolha. Além disso, a autora ressalta a importância dos inventários para o estudo da cultura material, já que se tem uma variedade de objetos que testemunham a vida material. Os inventários analisados foram escolhidos mediante o recorte socioeconômico, levando em consideração primeiramente a posse de terras, como cacauais, canaviais, arrozais e outros tipos de plantações, para assim estabelecer a relação entre a cultura material e os objetos utilizados para o trabalho agrícola. Por meio desses inventários, foi possível mostrar a importância das ferramentas para os proprietários, além das características físicas e quantitativas desses objetos dentro dos inventários.

Dos indivíduos que tiveram seus bens inventariados, grande parte possuía terras, engenhos, engenhocas, cacauais, cafezais e canaviais. A fortuna desses proprietários se reflete nas grandes somas de dinheiro e em bens como pratos, garfos, guardanapos, mobílias e outros. O interior das casas demonstra o conforto com que muitos desses proprietários viviam, já que grande parte usufruía de uma variedade de artigos que poucas pessoas possuíam.

No inventário de Dona Joana Tereza Rodrigues Chaves, por exemplo, estão registradas terras localizadas no rio Anapú, rio Moju e rio Meruhi, além de cacauais, cafezais e “engenhos coberto de telhas, alambique com oito coxos”. Em seu inventário constam poucos instrumentos, como roda de rolar mandioca, quatro rodas de fiar algodão, safra (bigorna) de ferreiro e balança. Apesar de possuir terras, cacauais, cafezais, engenhos e engenhocas não são listadas ferramentas como foices, machados e enxadas. No entanto, estão registrados três lenços cada um na quantia de quatro mil e oitocentos réis, cortinados de cama no valor de quatro mil e oitocentos réis cada e toalhas equivalentes a dois mil réis e chocolateira no valor de mil novecentos e vinte réis. A disparidade de valores que se observa em instrumentos para o cultivo de gêneros e de artigos para compor o interior da casa é perceptível em meio ao registro de bens. Uma situação similar é registrada no inventário de Dona Catharina Margarida de Jesus, proprietária de um engenho e de terras localizadas no igarapé Laranjeiras e terras firmes no rio Moju e ilha do Marajó. Ela dispõe de bezerras, bois, vacas, ovelhas, carneiros. Apesar da significativa quantidade bens, em seu inventário não constam ferramentas para o trabalho agrícola, como machados, enxadas e foices, além de outros instrumentos que são suporte ao trabalhador rural.

Grande parte dos proprietários ocupou terras que estavam próximas à capital, sendo Belém o principal centro comercial e político do Estado. Segundo Acevedo Marin (2000, p. 5), havia vários engenhos e sítios até 80 léguas de distância, como, por exemplo, no baixo Acará e seus afluentes, fruto da concessão de sesmarias. Constatou-se nos inventários que a maioria dos inventariados residia na cidade de Belém e possuía terras relativamente próximas à cidade. A facilidade de se ter plantações de cacau, algodão e açúcar perto grande círculo comercial era benéfica para os proprietários.

O inventário de Dona Tereza de Jesus, falecida em Igarapé Miri, em abril de 1812, arrola a quantidade de quatro machados velhos, no qual “acharão valer a quantia de duzentos seiscentos réis”. Em seu inventário também consta “huma preta por nome Thereza de Angola, de idade de dezesseis anos”, “hum moleque crioulo por nome Jose Antonio de idade quinze anos”, “huma moleca crioula por nome Thomazia de idade de nove anos”, além de “huma roda de fiar algodão com bom uso”. Entre os bens de Antônio de Salles inclui-se “huma roda de fiar algodão em bom uzo, “hum machado pequeno muito velho”, “hum candieiro muito velho”, “hum machado pequeno muito velho”. Em meio aos proprietários de bens e de escravos, que desfrutavam de confortos domésticos, observa-se a pouca quantidade de objetos para uso no trabalho, do que pode se inferir que havia um restrito investimento de recursos para o trabalho agrícola, ou que esses bens não eram considerados de valor.

O historiador João Fragoso argumenta que grande parte do lucro gerado pela agroexportação era destinado à aplicação de bens rentistas, ou seja, a maioria dos lucros não era aplicada no cultivo das lavouras e nas propriedades rurais. O uso da mão de obra escrava assegurava a necessidade de se investir pouco capital para a produção agrícola (FRAGOSO, 1992, p. 356).

Entretanto, a propriedade de Manoel Martins Pereira, diferentemente dos outros inventariados, mostra uma peculiaridade. Em seu inventário consta “quarenta e seis enchadas”, “trinta e nove foices grandes” e “treze foices pequenas”. Em relação aos outros inventariados, ele possui uma quantidade muito significativa de instrumentos como enxadas e foices. Apesar de em seus registros não ter propriedades em seu nome, o inventariado dispunha de uma abundância peculiar. Pode-se supor que Manoel Pereira possuísse uma mão de obra notável. Ou quem sabe pudesse alugá-los para outros proprietários ou lavradores.

Apesar da larga quantidade de instrumentos no inventário de Manoel Pereira, na maior parte dos inventários analisados observaram-se poucos registros de ferramentas de trabalho, do que pode se presumir que eram objetos de pouco valor comparado aos outros bens registrados nos inventários, como pratos, garfos, toalhas, mesas e cadeiras. Os instrumentos de trabalho, apesar de essenciais para a produção, pareciam ser poucos e precários.

Além disso, os bens inventariados de Domingos J. Monteiro em 1816, proprietário do engenho no sítio Santa Maria, continha itens como “huma roda de rolar mandioca em bom uzo”, “hum tacho de cobre muito uzado”, “hum igaraté (canoa) novo que carrega duzentos arrobas”, “seis machados em bom uzo”, “quatro foices uzadas”, “três enchadas muito velhas”. Assim como Domingos Monteiro, o inventariado Raimundo José Leite possuía “hum machado em bom uso”, “hum enchó (martelo) de fuzil em bom uzo”, “duas enchó de martelo muito velhas”, “huma goiva (lâmina) usada”. A posse desses objetos mostra as condições que os trabalhadores enfrentavam; a dificuldade encontrada para cultivo vinculada ao estado material desses objetos reflete na qualidade dos produtos produzidos. A hierarquia entre proprietários e trabalhadores é evidente nesses diferentes espaços, a casa como um lugar de luxo e confortável e a área de produção como um lugar escasso de recursos.

A partir das observações de Alexandre Rodrigues Ferreira, constatou-se a variedade das condições materiais dos instrumentos utilizados para o trabalho agrícola; a descrição feita por ele mostra que grande parte desses objetos estava em situação precária, já que muitos estavam quebrados e possuíam ferrugem, o que vai ao encontro das informações contidas nos inventários. A cultura material descrita pelo autor nos direciona a um mundo do trabalho no qual se observam as condições vividas pelos trabalhadores rurais. Tal perspectiva proporciona um melhor entendimento das circunstâncias do modo de trabalho e das técnicas utilizadas, como no caso da relação que faz do inventário de um vigário

Do seu inventario constava que tinha sete machados, incluindo cinco já incapazes, seis ferros de canôas, incluídos também dous quebrados, trez inxós velhas, duas serras, quatro verrumas arruinadas, um martelo, quatorze fouces, incluídas trez quebradas, quatro ferros de cova, dous já quebrados, duas armas de fogo consumidas da ferrugem, uma balança de madeira com seu braço de ferro, e os pesos desde um quintal até meia libra, um facão, dous pares de grillhões e dous de algemas com suas chaves, uma barra de ferro, uma arroba de pregaria velha, cinco arpões de peixe-boi, um formão, uma goiva, uma enxada, uma ferragem de sino, e trez medidas de quarta até meio alqueire. (FERREIRA, 1888, p. 14).

É importante também notar que existiam objetos que não estavam diretamente ligados ao trabalho agrícola, mas serviam como suporte para a consolidação do trabalho, como canoas, candieiros, tachos de cobre, roda de fiar algodão e outros. No inventário de Francisco da Rosa constam diversos instrumentos como “cinco foices em bom uzo”, “doze machados em bom uzo”, “huma enchada em bom uzo”, “hum taixo” “huma balança pequena”, “quatro machados” e “huma canoa”. Entender o processo produtivo para além do trabalho nas plantações se faz necessário, pois havia uma sequência de etapas que movimentava o trabalho e os trabalhadores. Em meio aos bens de D. Ignacia Micaela Ayres, além dos instrumentos de trabalho, havia diversos animais como bezerras e garrotes que também davam suporte para o trabalho agrícola. O uso de animais como forma de transportar mercadorias e até mesmo como instrumento de trabalho nas roças e plantações se fazia necessário para facilitar o serviço no campo que já era árduo.

Outrossim, a adaptação dos modos indígenas de cultivar os gêneros é uma característica importante para entender o processo produtivo executado pelos trabalhadores. Na visão de alguns viajantes, como Alexandre Rodrigues Ferreira, havia a necessidade de introduzir máquinas para a melhoria do trabalho e para diminuir a mão de obra. O caráter civilizatório defendido pelos viajantes remete a uma noção de que as práticas indígenas não concorriam para o sucesso da agricultura. É importante notar que, diferentemente de outras localidades da América portuguesa, em que obteve sucesso o sistema de plantations, a Amazônia possuía um ambiente e clima peculiares, razão pela qual era preciso que se criassem práticas para o funcionamento e sucesso da produção nesses locais. A cultura milenar indígena é fruto de muita experiência e foi fundamental para a sobrevivência desses povos. Entretanto, diversa parecia ser a opinião de Alexandre Rodrigues Ferreira:

Enquanto não se mudar de estilo de trabalhar pela introdução das máquinas, quer requer o §1, não se haviam as tarefas de cortar, e conduzir, e de encher e transportar a tempo conveniente os potes de água, que requer §2, sem na dita fábrica se empregarem quotidianamente 13 pessoas, a saber, 8 mulheres e 5 rapazes. (FERREIRA, 1888, p. 125).

As características das atividades agrícolas e de extração de produtos da floresta estava estruturalmente ligada ao baixo nível tecnológico, baixo custo de aquisição e de reprodução, além das formas e sistemas tradicionais de uso da terra (SAMPAIO, 2011, p. 119). Essas características, juntamente ao uso do trabalho indígena e dos negros, foi fundamental para o enriquecimento dos proprietários rurais. Segundo Maria de Nazaré Angelo-Menezes, os colonos se apropriaram das práticas indígenas, porém introduziram instrumentos de ferro para desbastar e cortar as matas:

com foices aperfeiçoaram às práticas de desbaste, cortavam as ramagem finas e com os machados de ferro cortavam todo o arvoredo, usavam para o corte dos paus delgados golpes de machado e para os de maior diâmetro o método eram corte das árvores mais finas, em linhas paralelas aos mais grossos, os quais fazendo pressão e peso sobre as grandes árvores diminuíram sua resistência até o seu tombamento, como os indígenas, esperavam o material secar para atear o fogo pelas bordas do roçados seguindo a orientação do vento, que fazia com que a vegetação permanecesse queimando por mais de um mês, o que não era carbonizado encoivarava-se para nova queimada, geralmente o material derrubado estava seco entre o segundo e o terceiro mês. (ANGELO-MENEZES, 1999, p. 242).

É importante notar também a consolidação dos espaços de produção rural, como plantações de cacau, café, tabaco, arroz, cana de açúcar entre outros, sendo todos eles implantados no meio ambiente amazônico, porém alguns com certas dificuldades de prosperidade, como o caso do tabaco que necessitava de um grande reparo com capinação e decotação (ANGELO-MENEZES, 1999, p. 242). Além de que se faz necessário entender que havia diferenças entre proprietários: grande parte pertencia à população branca, cujas atividades econômicas eram voltadas especialmente para a exportação; já as atividades econômicas dos índios eram voltadas para subsistência.

A situação dos instrumentos conciliava com o estado alagadiço das terras usadas para a agricultura, com relação ao qual, segundo Rodrigues Ferreira, só poderia haver sucesso se utilizassem técnicas adequadas para o cultivo nesse tipo de solo. Segundo Ronald Raminelli, na visão de Ferreira, as lavouras estavam deterioradas pela falta de interesse do português em trabalhá-las, pela preguiça dos nativos em desenvolver o cultivo e pela falta de trabalhadores. O naturalista também relata que as expedições em busca das drogas do sertão, os movimentos militares e o desserviço dos intendentess culminaram para que a agricultura não conquistasse êxito:

O meu juízo a respeito da agricultura do lugar é, que o que a terra póde produzir de maniba, arroz, feijão e milho, e ainda de algodão e café é sem conto mas que o que de facto produz é muito pouco por que o trabalho a fazer é muito, e a preguiça muito mais; porque os esforços dos que não são preguiçosos encontram a falta de braços de que necessitam; porque dos pretos, que entram no estado não se fiam alguns aos lavradores capazes de os pagar, como Vossa Excellencia fez fiar, para esta capitania, durante o seu governo, no intuito de promover a cultura e manufactura do anil; porque os poucos índios, que há, são incessantemente distraídos para o serviços das expedições regias; porque o que n'ellas andão empregados, e n'ellas dezerção ou morrem, não são substituídos por outros novamente descidos. (FERREIRA, 1888, p. 17-18).

Já os naturalistas Spix e Martius descrevem “o solo barrento, bastante úmido e só de altitude suficiente para não ser inundado nos transbordamentos do rio”. Em algumas plantações, a exemplo da caneleira foi possível conseguir êxito para sua extração, diferentemente da plantação de açúcar que devido ao solo úmido não obteve tanto êxito. Os naturalistas descrevem em seus relatos a função dos instrumentos para descascar o tronco da caneleira, uma informação importante que mostra o uso das práticas indígenas: “um facão afiado e um bastão liso, com o qual se separa a casca cortada” (SPIX; MARTIUS, p. 50).

Considerações Finais

A produção agrícola configurada no Estado do Grão-Pará e Maranhão em meados do século XVIII condicionou para que se estimulasse novas formas econômicas e de organização do território que influenciaram na composição agrícola. A análise da cultura material nos permitiu entender as particularidades desse período, como as diferenças econômicas e sociais vividas pelos trabalhadores e a situação que muitos enfrentavam. As dificuldades causadas pelos instrumentos, muitas vezes quebrados e enferrujados, e até mesmo o ambiente úmido da região amazônica, que prejudicava o cultivo de certos gêneros, não foram obstáculos para a consolidação da agricultura no Grão-Pará e Maranhão no final do período colonial.

A interação dos modos indígenas e dos modos europeus que caracterizou o método de cultivo utilizado nos espaços de produção, certamente diminuiu o tempo de trabalho; no entanto, as novas demandas de produção decretadas pela Coroa Portuguesa não foram acompanhadas de novos métodos. Apesar disso, os cultivos como cacau e arroz obtiveram sucesso se adaptando aos modos indígenas.

A cultura material descrita nos inventários e nos relatos dos viajantes, mais precisamente os instrumentos utilizados para o trabalho agrícola, direcionam-nos para melhor compreender o mundo do trabalho nesses espaços rurais, como roças e plantações. A qualidade e quantidade desses objetos descritos nas fontes remetem ao fato de que eram artefatos que, ao que parece, não tinham importância para os mais abastados, no entanto, eram fundamentais para os trabalhadores que se utilizavam desses instrumentos e que se relacionavam de maneira mais intensa com o utensílio de trabalho. Apesar das complexidades em meio ao estado físico dos

objetos, a quantidade disposta para o uso e o ambiente amazônico que dificultava o cultivo de certos gêneros, foi possível estabelecer uma agricultura de exportação e de subsistência.

Referências Bibliográficas

ACEVEDO MARIN, Rosa E. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. **Papers do NAEA**, n. 153, out. 2000. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/index.php?action=Publicacao.arquivo&id=447>. Acesso em: 23 ago. 2019.

ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. Aspectos conceituais do sistema agrário do vale do Tocantins colonial. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 17, n. 1, 2000. Disponível em: <http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/download/8864/4990>. Acesso em: 26 ago. 2019.

ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. O sistema agrário do vale do Tocantins colonial: agricultura para consumo e para a exportação. **Projeto História**, São Paulo, v. 18, p. 242. 1999. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/10997/8117>. Acesso em: 26 ago. 2019.

AUGUSTO, Isabel Teresa Creão. **Entre o ter e o querer: domicílio e vida material em Santa Maria de Belém do Grão-Pará (1808-1830)**. Dissertação - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/278785>. Acesso em 26 ago. 2019.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra no Grão-Pará (séculos XVII- XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2012.

COELHO, Mauro Cezar. O Diretório dos Índios e as Chefias Indígenas: uma inflexão. **Campos**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 117-134, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/5444/3999>. Acesso em: 26 ago. 2019.

COSTA, Diogo Menezes. Arqueologia Histórica Amazônica. **Revista de Arqueologia**, [S.l.], v. 30, n. 1, p. 154-174, jul. 2017. ISSN 1982-1999. Disponível em: www.revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/506. Acesso em: 09 jul. 2019.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro, **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 70, 1888.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 1.e.d. São Paulo: Contexto, 2005.

GUIMARÃES, Luiz Antônio Valente. **As casas & as coisas: um estudo sobre vida material e domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/4322/1/Dissertacao_CasasCoisasEstudo.pdf. Acesso em: 26 ago. 2019.

LOPES, Siméia de Nazaré. **As Rotas do Comércio Do Grão-Pará: Negociantes e Relações Mercantis (c. 1790 a c. 1830)**. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

LISBOA, Karen Macknow. Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: Quadros da Natureza e Esboços de uma Civilização. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 15, n. 29, 1995. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3774. Acesso em: 24 de ago.2019

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Cinzas do passado: riqueza e cultura material no Vale do Paraopeba/MG: 1840 a 1914**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. - Tese (Doutorado em

História Social), p.24-25. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-05072007-113720/publico/TESE_CLAUDIA_ELIANE_PARREIRAS_MARQUES_MARTINEZ.pdf. Acesso em 26 ago. 2019.

MERLO, Patricia. A história em distintos modos de fazer: reinvenções de Daniel Roche. **Cultura Histórica & Patrimônio**, Alfenas, v.2, n.1, p. 89-99, dez. 2013. ISSN 2316-5014. Disponível em: https://publicacoes.unifalmg.edu.br/revistas/index.php/cultura_historica_patrimonio/article/view/07_art_v2n1_merlo/109. Acesso em: 03 jul. 2019.

PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização: a viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, **Tempo**. Niterói, n. 6, jun. 1997.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 4, n. 1, 1996.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Espelhos partidos**: etnia, legislação e desigualdade na Colônia. Manaus: EdUA, 2011.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. **Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos: Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina**. 2009. 427 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/13169/1/Jose%20Alves%20de%20Souza%20Junior.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2019.

Artigo recebido em 11/09/2019 e
aprovado para publicação em 16/03/2020